



www.enaphem.com



---

## “Aritmética” na organização curricular do ensino de ofício brasileiro no período do Império

---

### “Arithmetic” in the “curricular designs” of Brazilian professional education in the Empire period

*Cleber Schaefer Barbaresco<sup>1</sup>*

*David Antonio da Costa<sup>2</sup>*

#### **Resumo**

Este trabalho tem como objetivo caracterizar a aritmética na organização curricular de duas instituições que expressam iniciativas do governo federal para estabelecer uma forma escolar para o ensino de ofícios no Brasil no período do império. Para tanto, serão analisados decretos que prescrevem a organização do ensino destas instituições. As análises serão sob a lente de referenciais teórico-metodológicos que tratam da forma escolar e saberes a ensinar. Como resultados, nota-se que aritmética assume diferentes caracterizações conforme seus saberes a ensinar se organizam alinhando-se aos objetivos da instituição e a sua proposta de ensino de ofícios. **Palavras-chave:** Aritmética, Ensino de Ofícios, Saberes a ensinar.

#### **Introdução**

No império, as iniciativas do Estado do Brasil para a criação de instituições próprias para o ensino de ofícios<sup>3</sup> tiveram duas motivações principais: suprir uma demanda do setor militar e assistir jovens em condição de vulnerabilidade social. Esta última tinha como finalidade controle social, visto que, a falta de estudo era um dos fatores para a desordem social (Cunha, 2000). Entretanto, havia instituições dedicadas ao ensino de ofícios que não se enquadravam a nenhuma dessas motivações como, por exemplo, a Academia Imperial de Belas Artes. Diante disto,

---

<sup>1</sup> Doutorando em Educação Científica e Tecnológica pela Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil. E-mail: [cleber.barbaresco@ifsc.edu.br](mailto:cleber.barbaresco@ifsc.edu.br).

<sup>2</sup> Doutor em Educação Matemática pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Docente da Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil. E-mail: [david.costa@ufsc.br](mailto:david.costa@ufsc.br).

<sup>3</sup> De acordo com Cunha (2000), ofício é um termo associado a atividades economicamente produtivas como, carpinteiros, pedreiros, ferreiros entre outros. Sendo assim, quando se fala em ensino de ofício estamos nos referindo a uma formação profissional que é economicamente reconhecida.

neste trabalho optou-se por realizar o estudo do Arsenal de Guerra e do Asilo dos Meninos Desvalidos, instituições que foram iniciativas do governo federal, com mesmas finalidades, voltadas para a formação de ofícios.

Este trabalho se direciona para as atividades de formação profissional. Sendo assim, o foco das análises recai sobre os saberes aos quais formar, entendidos aqui na perspectiva de Hofstetter e Schneuwly (2017), como sendo aqueles que constituem objetos do trabalho docente e que são caracterizados como saberes a ensinar e que estão vinculados a uma instituição de ensino. De acordo com esses autores, “[...] o contrato desse profissional [professor] ligando-o à instituição que emprega define o que deve ensinar, explicitando principalmente por planos de estudo ou currículos [...]” (Hofstetter & Schneuwly, 2017, p. 132). A partir da concepção de forma escolar dos autores Vincent, Lahire e Thin (2001), compreende-se que os saberes aos quais formar passam por uma mudança, de uma transmissão assistemática de saberes para uma transmissão sistemática, estruturados a partir da cultura do escrito. Com isso, o que é ensinado (conteúdo) e como deve ser ensinado (métodos) passam a ser organizados e sistematizados assumindo assim configurações que lhe darão diferentes formas como, por exemplo, de planos de aula, livros didáticos, currículo e etc. Diante disto, compreende-se que o currículo se trata de uma sistematização de saberes tendo como um dos seus elementos os saberes a ensinar, que constituem os objetos do trabalho docente. Ainda, neste trabalho, adota-se o sentido dado por Rey (2006) de currículo: “[...] sequência organizada de situações destinadas a fazer aprender. Esta sequência é planejada”<sup>4</sup> (p. 84, tradução nossa). É nesta perspectiva que este trabalho tem como objetivo avaliar como se caracterizam os saberes a ensinar nos currículos das escolas Arsenal de Guerra, do Asilo dos Meninos Desvalidos e a Academia de Belas-Artes. Busca-se responder ao seguinte questionamento: **Como se caracteriza a aritmética na organização curricular do Arsenal de Guerra e do Asilo dos Meninos Desvalidos?** Para tanto serão analisados decretos emitidos pela corte e que prescrevem a organização do ensino destas instituições.

## **A Aritmética na organização curricular do ensino de ofícios brasileiro a partir das iniciativas Império**

No Brasil colônia “a aprendizagem dos ofícios manufatureiros era realizado segundo padrões predominantemente assistemáticos [...] A aprendizagem sistemática de ofícios não tomou, a forma escolar” (Cunha, 2000, p.29). Cabe aqui compreendermos um pouco sobre o aspecto de um aprendizado segundo uma forma escolar. Vincent, Lahire e Thin (2001), a partir de uma análise sócio-histórica da constituição da escola na França, entendem que a atividade de aprender se modifica com o surgimento de instituições escolares. Para esses autores, antes dessas instituições o método de aprendizagem estava pautado no mimetismo e a transmissão de saberes se dava por meio do “ver-fazer” e o “ouvir-fazer”. Diante disto, compreende-se que a aprendizagem dos ofícios no Brasil colônia ainda estava baseada no “ver-fazer”, ou ainda, no mimetismo. A relação entre aprendiz e mestre dava-se por meio de uma subserviência, baseada numa ligação de posse, em que o mestre detinha os direitos sobre o seu aprendiz e este devia submeter-se

---

<sup>4</sup> Texto Original: [...] suite organisée de situations destinées à faire apprendre. Cette suite est planifiée. (Rey, 2006, p. 84).

as regras impostas pelo seu mestre.

O Arsenal de Guerra é um estabelecimento militar que oferecia o ensino de ofício com o propósito de atender uma demanda do setor bélico do estado brasileiro. O Decreto de 21 de fevereiro de 1832<sup>5</sup> traz os primeiros regulamentos sobre esta instituição. No capítulo IV, seção “Dos Menores”, deste decreto, no seu artigo 49 encontramos informações sobre o público que se destinava: órfãos indigentes e filhos de pais pobres. A partir deste artigo, verifica-se a finalidade assistencialista da instituição. Isto é, atender jovens em condição pobres. Diante disto, o público a quem está dirigido a escola tratava-se de jovens majoritariamente analfabetos e sem uma instrução. Com isso, o artigo 50, que apresenta uma prescrição rudimentar sobre a organização de ensino desta escola, coloca que tais jovens serão instruídos nas primeiras letras e no desenho para depois seguir para a aprendizagem do ofício. Verifica-se neste artigo que as primeiras letras e o ensino desenho tornam-se pré-requisito para a aprendizagem de qualquer ofício.

No Decreto nº 113, de 3 de janeiro de 1842, que dá nova organização às Companhias de Aprendiz Menores dos Arsenais de Guerra, em seu artigo 9º encontram-se mais especificações do papel das primeiras letras: “Art. 9. Os Aprendiz serão obrigados a frequentar a Escola de primeiras letras até saberem ler, e escrever, e se mostrarem correntes nas primeiras quatro operações de arithmetica [...]” (Brasil, 1842, p. 2). Verifica-se então, que esta primeira instrução está pautada na tríade ler-escrever-contar. No âmbito da organização do ensino, o Decreto de 21 de fevereiro de 1832, no capítulo V, da seção “Pedagogo dos Aprendiz Menores”, em seu artigo 56, traz prescrições sobre a metodologia do ensino do Arsenal de Guerra. Diante disto, nota-se que esta escola não possuía um ensino sistemático uma vez que os decretos estabelecem uma sistematização dos saberes e também de como ensiná-los. Desta maneira, o Arsenal de Guerra constitui uma representação da *forma escolar* que se institui no império para o ensino de ofícios. Nesta representação, a aritmética torna-se um objeto do trabalho docente em que seus *saberes a ensinar* se organizam em torno da finalidade de oferecer ao aluno uma primeira instrução.

O Asilo de Meninos Desvalidos é uma instituição com finalidade assistencialista, mas que tinha como propósito oferecer aos jovens órfãos e que se encontravam em situação de mendicância o ensino de um ofício. A criação desta escola ocorre por meio da promulgação do Decreto nº 5.532, de 24 de janeiro de 1874, que cria 10 escolas públicas de instrução primária, do primeiro grau, no município da Corte (Rio de Janeiro). O decreto tinha como propósito dar execução aos artigos 62 e 63 do Decreto nº 1.331 de 1854, que aprova o regulamento para a reforma do ensino primário e secundário do município da corte (Rio de Janeiro). O artigo 62 indica a quem se destina a instituição: crianças (menores de 12 anos) e pobres. Já o artigo 63, indica que essas crianças receberiam a instrução do primeiro grau e em seguida seriam encaminhadas para alguma instituição parceira para aprender um ofício. Percebe-se que esta instituição se mantém preocupada em oferecer uma primeira instrução para o jovem aprendiz de ofício.

No Decreto nº 8.910, de 17 marços de 1883, que traz novos regulamentos para o Asilo de Meninos desvalidos, é que se constata que a aprendizagem de um ofício ocorre na própria instituição e que se encontra a organização do seu ensino.

---

<sup>5</sup> De acordo com a *Colleção das Leis do Imperio do Brasil*, este decreto não possui numeração.

Sendo assim, no âmbito da forma escolar, esta instituição assume um lugar específico para a aprendizagem de um ofício. Verifica-se, pelo artigo 15, que o ensino de ofícios do Asilo dos Meninos Desvalidos está dividido em Instrução primária do 1º e 2º grau, organizações disciplinares voltadas as ciências físicas, exatas e humanas e a aprendizagem de um ofício. Os conteúdos aritméticos estão contemplados na instrução do 1º e 2º grau, que segue as orientações que se encontra no Decreto nº 1.331 de 1854, capítulo III - Art. 47 e 49, que prescreve: “Os princípios elementares da aritmética” (Brasil, 1883, p. 55), para a instrução do 1º grau; e “o desenvolvimento da aritmética em suas aplicações práticas” (Brasil, 1883, p. 55), para a instrução do 2º grau. Sendo assim, no Asilo dos Meninos Desvalidos a aritmética constitui dois objetos de trabalho docente. Portanto, os saberes a ensinar aritmética assumem duas formas na organização curricular desta escola: uma para instrução do primeiro grau, voltada para a alfabetização, e outra para a instrução do segundo grau, com o propósito mais prático.

### Algumas Considerações

A escola Arsenal de Guerra pode ser apontada como um “embrião” da forma escolar para o ensino de ofícios no Brasil. Nesta forma o quê ensinar e o como deve ser ensinado estão prescritos. Nessa organização curricular que se estabelece, nota-se que os conteúdos de aritmética são oferecidos aos alunos como uma primeira instrução. Sendo assim, no Arsenal de Guerra o professor vai se deparar com uma aritmética para instrução, não havendo nenhuma ligação direta com o ofício. Este pré-requisito aponta para uma ideia de que a aprendizagem de um ofício só é possível a partir de um indivíduo devidamente instruído.

O Asilo dos Meninos Desvalidos trata-se de uma instituição filantrópica que acolhe jovens órfão e em situação de mendicância social e lhes oferecem a aprendizagem de um ofício. Sendo assim, é possível caracterizar esta instituição como uma escola de ensino de ofício. Nesta escola o ensino da aritmética vai se alargar em relação ao Arsenal de Guerra, ou seja, para além da alfabetização, constituindo assim dois objetos. Os *saberes a ensinar* aritmética então vão se organizar em função das finalidades da instrução do 1º e 2º grau. No primeiro grau, os saberes a ensinar aritmética estão voltados para a instrução do jovem, sendo assim pode-se dizer que esta aritmética, como objeto, caracteriza-se como uma “aritmética para instrução”. No segundo grau, os saberes a ensinar estão voltados a trabalhar as aplicações da aritmética. Pensando que tais aplicações podem ser pensadas como saberes a ensinar vinculados a resolução de problemas práticos do cotidiano. Com isso, a aritmética, como objeto, para instrução do 2º grau pode ser caracterizada com uma “aritmética para resolução de problemas da vida prática”.

### Referências

- CUNHA, L. A. (2000). *O ensino de ofícios artesanais e manufactureiros no Brasil escravocrata*. São Paulo: Editora UNESP.
- BRASIL. (1843). *Regulamento nº 113 de 3 de janeiro de 1842*. Dando nova organização às Companhias de Aprendizes Menores dos Arsenaes de Guerra, em conformidade do Artigo 39 da Lei nº 243 de 30 de novembro de 1841. Typographia Nacional.

- BRASIL. (1874). *Decreto de 21 de fevereiro de 1832*. Dá novos regulamentos para o Arsenal de Guerra da Côrte, Fabrica da Polvora da Estrella, Arsenaes de Guerra e Armazens de depositos de artigos bellicos. Typographia Nacional.
- BRASIL. (1875). *Decreto nº 5.332 de 24 de Janiero de 1874*. Crêa 10 Escolas publicas de instrucção primaria, do primeiro gráo, no Município da Côrte. Typographia Nacional.
- BRASIL. (1854). *Decreto nº 1.331A de 17 de fevereiro de 1854*. Approva o Regulamento para a reforma do ensino primario e secundario do Municipio da Côrte. Typographia Nacional.
- BRASIL. (1883). *Decreto nº 8.910 de 17 de março de 1883*. Dá novo Regulamento ao Asylo de Meninos Desvalidos. Typographia Nacional.
- HOFSTETTER, R. & SCHNEUWLY, B. (2017). Saberes: um tema central para as profissões do ensino e da formação. In: HOFSTETTER, R. & VALENTE, W. R. (Orgs.). *Saberes em (trans) formação: tema central a formação de professores* (pp. 113 – 172). São Paulo: Editora da Física.
- REY, B.(2006). Les compétences professionnelles et le curriculum des réalités conciliables?. In: LENOIR Y. & BOUILLIER-OUTDOT, M. H. *Savoirs professionnels et curriculum de formation* (pp. 83-108). Quebec: Université Laval.
- VINCENT, G.; LAHIRE, B. & THIN, D. (2001). Sobre a história e a teoria da forma escolar. *Educação em Revista, Belo Horizonte*, n. 33, 7- 47.